



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS

Praça Anchieta 10, Centro- Fone/Fax: (48) 3272 8608
CEP: 88180-000 juridico@antoniocarlos.sc.gov.br

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos
Procuradoria Jurídica do Município

Parecer nº 34/2022

Interessada: Diretoria de Licitações e Contratações (DLC)

**Objeto: Parecer referente a anulação do Processo Administrativo n. 130/2022 –
Modalidade Concorrência Pública n. 004/2022.**

**Anulação do Processo
Administrativo 130/2022.
Modalidade Concorrência Pública n.
004/2022.**

I. Dos Fatos:

Trata-se o presente Parecer sobre a possibilidade de anulação do Processo Administrativo nº 130/2022 – Modalidade Concorrência Pública nº 004/2022, porquanto o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, por meio de ofício TCE/SC/SEG/ 9193/2022, encaminhado no dia 20 de junho do presente ano, solicitou informações sobre os projetos complementares ao Edital de Licitações, Decisão Singular do TCE processo nº @LCC 22/00340448.

Eis o relatório, passo a opinar.

II. Dos fundamentos:

O processo licitatório é o meio pelo qual a administração pública positiva e



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS

Praça Anchieta 10, Centro- Fone/Fax: (48) 3272 8608
CEP: 88180-000 juridico@antoniocarlos.sc.gov.br

legaliza suas compras, respeitando os ditames e exigências das legislações pertinentes.

A licitação pública é um procedimento obrigatório para o Poder Público quando pretende realizar contratos para adquirir, locar, alienar bens, contratar a execução de obras ou serviços. Esse foi o método adotado para se evitar desvio no objetivo principal do processo, qual seja da contratação da proposta que melhor se adeque ao interesse público.

Por conseguinte, o ato administrativo praticado com afronta à lei deverá ser decretado inválido pela própria administração autora do ato ou pelo Poder Judiciário, mediante provocação. É esse o sentido do artigo 49 da Lei 8.666/93 ao dispor que a autoridade competente pela licitação deverá “*anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado*”.

E, nesse sentido, também, se consubstancia a Sumula 473 do STF: “A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.”

Desse modo, considerado a Decisão Singular do TCE processo nº @LCC 22/00340448, os fatos e fundamentos acima expostos, **opina-se pela anulação do Processo Administrativo nº 130/2022 – Modalidade Concorrência Pública nº 004/2022.**

III. Do parecer:

Assim sendo, ante ao acima exposto, **opina-se pela anulação a do Processo Administrativo n. 130/2022 – Modalidade Concorrência Pública n. 004/2022.**



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS

Praça Anchieta 10, Centro- Fone/Fax: (48) 3272 8608

CEP: 88180-000 juridico@antoniocarlos.sc.gov.br

Este é o parecer.

Antônio Carlos, 28 de junho de 2022.

RAFAELA PHILOMENA GOEDERT
Procuradora-Geral
OAB/SC 27.744